

## **Entre quitandeiras, irmandades e projetos de urbanização: resistências negras no centro da cidade de São Paulo – séculos XIX e XX.**

Fábia Barbosa Ribeiro<sup>1</sup>

---

Em 29 de maio de 1748, a Câmara Municipal de São Paulo publicou um edital no qual se manifestava sobre negros que jogavam e tocavam batuque. O referido edital mencionava que a Câmara havia recebido “varias representações” denunciando que “os negros e mulatos desta cidade” costumavam se juntar em diversas partes para “jogar chapas, cartas, e outras castas de jogos, e tocar batuques, sendo isso causa de muitas ofensas de Deus e disturbios do povo, em que costumam haver muitas desgraças e escândalos”

Para coibir os abusos, proibia-se aos negros e mulatos, daquele dia em diante, de jogar e batucar, sob o risco de prisão e castigo. O edital ainda se estendeu às negras “de taboleiro”, estas, não poderiam mais sair a vender “fora dos muros da cidade, a saber dos rios Anhangavay, Tamanduaty, e districto da forca”. Segundo os membros da Câmara, tal proibição evitaria “as mesmas ofensas de Deus escândalo ao próximo, e outros danos que dahi se seguem”. Todos que infringissem as determinações deveriam ser presos e julgados. Os dispositivos do edital foram anunciados pelas ruas da cidade e fixados em Praça Pública para conhecimento de todos<sup>2</sup>.

Além da suposta preocupação com a preservação da ordem e da moralidade cristã, revelam-se no documento as tentativas de controle dos corpos racializados e do (pouquíssimo) tempo de não trabalho. E mais ainda, o “medo branco” da “onda negra”<sup>3</sup> de escravizadas e libertas comerciantes à solta pelas ruas. No decorrer dos séculos XVIII e XIX, conhecemos uma série de determinações do poder público para controlar a circulação de escravizados, libertos e livres pobres nas imediações do centro da cidade de São Paulo.

Maria Odila Dias registra algumas dessas sucessivas tentativas: em 1814, uma postura municipal limitava os produtos vendidos nos tabuleiros a pequenos produtos caseiros; em 1822, a Câmara delimitava a circulação das vendeiras a algumas ruas do centro; em 1845, tentativa de fixá-las em locais pré-determinados para abolir de vez o comércio ambulante; em 1870, criam-se mecanismos para favorecer portuguesas e italianas na prática do comércio de rua, e, assim, substituir as comerciantes negras e mulatas<sup>4</sup>.

Segundo Dias, essas mulheres “sempre que possível, evadiam as posturas que proibiam ou limitavam o espaço onde poderiam fazer o seu comércio”. Elas enfrentavam, cotidianamente, um ferrenho cerco da administração pública municipal motivado pela incômoda concorrência que ofereciam aos comerciantes locais. Sabiamente, essas mulheres se concentravam nas pontes de acesso à cidade para interceptar os sitiantes que abasteciam a

<sup>2</sup> São Paulo, Atas da Câmara Municipal de São Paulo, 29/05/1748.

<sup>3</sup> Aqui me permito utilizar como referência, para um trocadilho, o título da obra “Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX” de Célia Maria Marinho (2004).

<sup>4</sup> DIAS, Maria Odila Leite Silva. *Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995; p. 89.

<sup>1</sup> Doutora em História Social pela FFLCH-USP. Professora do Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp.

região central, oriundos de Guarulhos, Nazaré, Mogi das Cruzes, Cotia entre outros lugares, dando “um tom colorido e festivo” aos vários caminhos por onde chegavam produtos como o sal, fumo e peixe, comercializados, sem a devida licença, por essas negras de tabuleiro<sup>5</sup>.

A longevidade das diversas tentativas de coibir o comércio ambulante efetuado por negros e mestiços na zona central da cidade de São Paulo, comprova a perenidade dessa prática e a resistência dessas populações, as quais sempre forjaram, individual ou coletivamente, nas fímbrias da sociedade escravista, estratégias de (sobre)vivências. Alguns deles eram escravizados trabalhando a ganho pelas ruas da cidade, e não eram poucos, uma vez que, entre os anos de 1765 e 1836, compuseram um pouco mais de um quarto do total de habitantes da cidade de São Paulo<sup>6</sup>, mobilizando o olhar atento da edilidade à sua movimentação.

As sistemáticas determinações do poder público municipal nos revelam uma cidade tomada por negros, indígenas e mestiços. Escravizados, libertos ou livres pobres, disputavam espaço com proprietários de lojas, negociantes, estudantes, ou alguma senhora da “elite” paulistana. Como pontua Raquel Rolnik:

A São Paulo escravagista era pouco segregada: nas colinas entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú, localizavam-se residências senhoriais ou casas populares, comércio, armazéns, mercados, oficinas, em um espaço profundamente marcado pela presença dos escravos. (...) Ao amanhecer, os escravos se juntavam nos chafarizes, buscando água a ser utilizada nas casas. Em plena luz do dia, a rua era invadida pelos vendedores de frutas, legumes, cestas, objetos de folha-de-flandres – negros forros ou escravos, muitos deles de ganho. As negras, com seus tabuleiros, ocupavam as ruas de maior movimento e os largos e praças da cidade, à espera dos homens brancos e seus encontros de negócios. Nas ruas, juntavam-se aos ferreiros, ourives, barbeiros e amoladores de facas, que ofereciam seus serviços em plena calçada ou à porta dos armazéns e lojas de sobrados<sup>7</sup>.

<sup>5</sup> Idem, p. 100-101.

<sup>6</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população – 1750-1850*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2014; p. 175.

<sup>7</sup> ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999, p. 28-29.



**Figura 1**  
 NEGRAS VENDEDORAS DE  
 SONHOS,  
 MANOE, ALUÁ<sup>8</sup>.  
**JEAN BAPTISTE DEBRET.**  
 VIAGEM PITORESCA E  
 HISTÓRICA AO BRASIL.

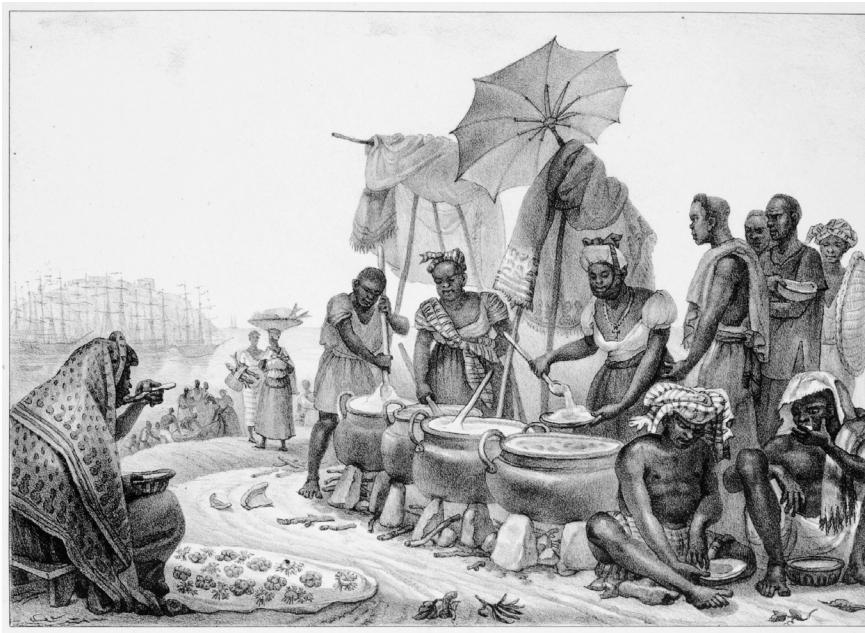
Jean Baptiste Debret registrou em suas andanças pelo Brasil oitocentista o intenso circular dessa população (Figura 1):

Na gravura acima observamos um cenário muito familiar ao artista francês: negras libertas e escravizadas vivendo do comércio a retalho praticado todos os dias pelas ruas de diversas vilas brasileiras. Nesta imagem, Debret registra o hábito vespertino das bebidas refrescantes na calorenta cidade do Rio de Janeiro, comercializadas “por uma multidão de vendedoras em sua maioria escravas de pequenos capitalistas, ou por negras livres”. Vendedoras de limões doces e aluá<sup>8</sup>, que se destacavam na paisagem “pela elegância, ou ao menos, pela limpeza de seus trajes, naturalmente proporcionais à fortuna dos senhores”. Mulheres que, segundo ele, não precisavam de muito para estabelecer o seu comércio<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> Bebida feita à base de arroz fermentado e açúcar.

<sup>9</sup> DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Tomo I, vols. I e II. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Livraria Martins, 1940; p. 217.

E se eram escravizadas as tais vendedoras de refrescos, havia também as negras libertas, em sua maioria africanas, instaladas em pontos estratégicos da cidade (Figura 2):



**Figura 2**

As vendedoras de angú são encontradas nas praças ou em suas quitandas que também vendem legumes e frutas. A venda começa de manhã, lá pelas 6 horas e vai até as dez, continuando de meio dia às duas, hora em que se reúnem em torno delas os operários escravos que não são alimentados por seus senhores. Vê-se também o escravo mais ou menos mal vestido de uma família numerosa e pobre levar consigo, numa sopeira, uma porção de 4 vinténs, recoberta por folha de couve ou de mamona. Acrescentando a êsse prato succulento algumas bananas tem-se, no Rio de Janeiro, alimento para cinco ou seis pessoas<sup>10</sup>.

<sup>10</sup> Idem, Tomo II, v. I, p. 229.

---

Debret descreve uma cena comezinha captada na Praia do Peixe, nas proximidades da Alfândega carioca. Local movimentado, povoado por trabalhadores livres e escravizados, que se reuniam em torno das negras do angú especialmente na hora do almoço. Em São Paulo, segundo Maria Odila Dias, a fama das pretas minas perpetuou-se no beco cujo nome inspiraram. O "Beco das Minas"<sup>11</sup>, foi assim nomeado em razão das africanas que ali praticavam o comércio. Segundo a autora, na costa ocidental da África "o pequeno comércio era prática essencialmente feminina; atravessar e revender gêneros alimentícios de primeira necessidade garantia às mulheres papéis sociais importantes"<sup>12</sup>.

---

Nesse sentido, as ruas dos centros urbanos brasileiros se constituíram em espaços propícios para essas mulheres africanas exercerem os fundamentos ancestrais dos cuidados com a alimentação e a circulação de mercadorias, práticas que dominavam em suas sociedades de origem. Conhecimentos que atravessaram o Atlântico e foram transmitidos a suas descendentes. Mais importante ainda,

(...) era com o desdobramento de relações sociais inerentes ao pequeno comércio ambulante que as escravas reconstruíam seus laços primários, para além do espaço doméstico, chegando a improvisar uma vida comunitária intensa, prática dissimulada de uma resistência que permitia a sua sobrevivência e devolvia a sua vida a dimensão social, arrebatada pelo tráfico<sup>13</sup>.

<sup>11</sup> Atual rua 11 de agosto.

<sup>12</sup> DIAS, 1995, p. 156-158.

<sup>13</sup> Idem, p. 157.

E, na tênue dimensão social dessa improvisada vida comunitária, as ruas da cidade de São Paulo se transformaram em espaços de trocas bem mais que materiais. No ir e vir de becoss e vielas, homens e mulheres negros teceram sociabilidades para enfrentar os desmandos das autoridades locais que tentavam lhes segregar a todo custo. Utilizando-se, inclusive, através de intermediários aliados, dos órgãos públicos competentes. Como no caso do requerimento

(...) das pretas livres Antonia Maria das Dores, Anna Maria da Silva, Paula Jordão, e Maria da Conceição, allegando que tendo sido advertidas por parte desta Camara para não continuarem a vender quitandas e verduras nas testadas dos prédios da rua das Casinhas, onde costumão, requerião que se lhes designasse um logar gratuito para todos e único em que seja permitido reunirem-se as quitandeiras, salvo o direito de andarem pelas ruas digo o direito de venderem pelas ruas, ou em suas casas, as que tiverem<sup>14</sup>.

A união dessas quatro mulheres, diante de mais uma proibição, evidencia sua organização e acuidade no lidar com as tramas sociais. Antonia, Anna, Paula e Maria lutavam pelo direito à circulação e ao comércio exercido há muitos anos na conhecida Rua das Casinhas<sup>15</sup>. Durante a sessão, os vereadores acataram o requerimento e designaram a Praça do Mercado como local fixo para o comércio, assim como permitiram que continuassem a vender “pelas ruas de passeio”.

Um ano depois do requerimento das pretas livres, em 05 de fevereiro de 1874, João Teodoro Xavier, então presidente de província de São Paulo, responsável pelo “primeiro surto urbanístico da capital”<sup>16</sup>, determinou a desapropriação de cinco imóveis na esquina da rua das Casinhas com a rua do Rosário<sup>17</sup>. As casas pertenciam a diferentes proprietários, um certo Cristiano Clausen, comerciante de sapatos; o capitão Joaquim Alves da Silva Lopes; um menor de idade, Luís Garcia, os conhecidos comerciantes Celestino Bourrol e José Alves de Sá Rocha e, finalmente, um sobrado pertencente a João Augusto Garcia.

<sup>14</sup> São Paulo, Atas da Câmara Municipal de São Paulo, 30/01/1873.

<sup>15</sup> Atualmente, rua do Tesouro.

<sup>16</sup> COSTA, Luiz Augusto Maia; BARDEN, Daniela Nazário. A Cidade de São Paulo do final do século XIX: João Teodoro Xavier de Matos e os primórdios do percurso de delineamento de um pensamento urbanístico moderno em São Paulo (1872–1875). *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, v. 7, p. 77-91, 2019.

<sup>17</sup> Atual rua XV de novembro.

Neste último, Antonio Egydio Martins registra a presença de “D. Maria de Tal, popularmente conhecida por Nhá Maria Café”, comerciante estabelecida com quitanda no espaço térreo do sobrado, situado à Rua das Casinhas, nº 13<sup>18</sup> (Figura 3). Em sua venda, Nhá Café servia, todas as manhãs, a uma numerosa freguesia, “saborosas empadas de farinha de milho com piquira ou lambari”, vendidas “cada uma a 20 réis e com uma tigelinha de café a 40 réis”. À noite, a incansável comerciante, que, segundo Martins, era sogra do “estimado e popular paulista” Mariano da Purificação Fonseca, oficial de gabinete do presidente João Teodoro, servia “o apreciado cuscuz de bagre e camarão de água doce, o qual, ainda bem quente se acabava em poucos minutos”.

Raquel Rolnik destaca o empenho do presidente da Província de São Paulo, João Teodoro Xavier, na demarcação do espaço público em relação ao privado, retirando das ruas o livre comércio, restringindo o circular da indesejável população negra e mestiça. Os anos 70 e 80 do século XIX consolidam, segundo a autora, uma “nova ordem urbanística” na cidade, pautada na expropriação de imóveis para alargamento de ruas e privilégio dos meios de circulação em detrimento dos transeuntes. Essa política acabaria por encarecer o viver na região, aumentando paulatinamente o preço dos aluguéis. De acordo com a autora:

A emergência da segregação como elemento estruturador da cidade foi uma das principais mudanças que ocorreram no período. A partir daí, a segregação urbana seria determinante para a fixação de valores no mercado imobiliário e para a expressão política da disputa do espaço pelos grupos sociais<sup>19</sup>.

Não é difícil imaginar as pretas livres, Antonia Maria das Dores, Anna Maria da Silva, Paula Jordão e Maria da Conceição, vendendo suas mercadorias em frente ao comércio de Nhá Maria Café. Seriam concorrentes ou aliadas? Não sabemos. Mas certamente se conheciam, visto que o requerimento das pretas e o pedido de desapropriação de imóveis na Rua das Casinhas



Figura 3

RUA DAS CASINHAS.  
MILTÃO AUGUSTO DE AZEVEDO, 1860.

<sup>18</sup> MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo Antigo 1554-1910*. São Paulo: Paz e Terra, 2003; p. 198.

<sup>19</sup> ROLNIK, Raquel. *Op. Cit.*, p. 28.

<sup>20</sup> DIAS, 1995, p. 145.

<sup>21</sup> Já em 1853, Cristina Wissenbach (1989, p. 180) registra as prisões do preto José, escravo de José Tibúrcio Leite e de Policena, escrava de Dona Ana de Alvarenga, por negociarem fora das pontes; cfe. WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)*. São Paulo: Hucitec/História Social, USP, 1998; p. 180.

<sup>22</sup> Rua da Imperatriz em 1836 e, desde 1889, rua XV de novembro.

<sup>23</sup> MARTINS, 2003, p. 271.

ocorreu em período muito próximo. O fato é que, mesmo de formas diferentes, essas mulheres seriam afetadas pelo projeto de segregação urbana em curso. Importante destacar a existência de multas e até prisão para os ambulantes, sobretudo escravizados e libertos, que praticassem o comércio sem as devidas licenças<sup>20</sup>. Não era fácil a vida dessas mulheres comerciantes<sup>21</sup>.

Muito próximo dali, na rua Rosário<sup>22</sup>, residia pelo menos uma década antes, Maria Emília Vieira, mais conhecida como Maria Punga, mulher negra que “fazia diariamente bom e gostoso café e vendia na sua própria casa, em grandes xícaras de louça branca, a 40 réis cada uma, o mesmo café que era, com capricho, por ela torrado” (*Figuras 4 e 5*). Sua numerosa freguesia a tornou popular e era composta por negociantes, estudantes, empregados do comércio e artistas<sup>23</sup>. O pequeno comércio de Maria Punga sobrevivia entre lojas de secos e molhados e calçados, dependendo da aquisição dos grãos de café que ela mesmo torrava. Certamente, Maria iria buscá-los, entre outros mantimentos necessários, junto aos comerciantes da rua das Casinhas.





Figuras 4 e 5

Rua do Rosário: sentido Igreja do Rosário dos Pretos (à esquerda); sentido Largo da Sé (à direita). Militão Augusto de Azevedo, 1862.

A antiga rua do Rosário, era o elo de ligação entre os Largos da Sé e do Rosário. Artéria principal do histórico triângulo da cidade de São Paulo, cercado por igrejas nas quais funcionavam variadas irmandades, entre as quais a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, fundada por escravizados no início do século XVIII. Pelas ruas do centro circulavam gentes e mercadorias de todos os tipos, mas também devoções...

### **O Largo do Rosário: uma santa, um chafariz e três amigos.**

Em 04 de janeiro de 1874 por volta das quatro horas da tarde, quem passasse pelas ruas do centro da cidade de São Paulo veria um cortejo atravessar a antiga rua do Rosário (naqueles tempos, rua da Imperatriz), carregando uma imagem de Santa Cecília. Haveria de notar o órgão e a belíssima cadeira onde estava sentada a santa, trabalho de Manuel Jacinto da Silva e Joaquim Proença, dois conhecidos artistas

paulistas. A santa saía da Igreja dos Remédios levada “procissionalmente” até a Igreja do Rosário, situada no largo de mesmo nome, onde ficaria por algum tempo, até ser novamente trasladada para a antiga Capela de Santa Cecília. Os acompanhantes cantavam um *Te Deum*, observados de perto pelos transeuntes<sup>24</sup>.

Aquele 1874 foi bastante movimentado na cidade de São Paulo, começando com a procissão de traslado da Santa Cecília. Durante aquele ano, os jornais noticiaram dezenas de tentativas de fugas e crimes envolvendo escravizados. Anunciados no *Correio Paulistano* de 15 de abril, os pretos Pantaleão e Fernando, fugitivos de uma fazenda em Piracicaba, foram identificados como baianos e jovens, 30 e 25 anos, respectivamente. Um triste episódio noticiado em maio, no mesmo jornal, foi o “suicídio” da escrava Benedita, que havia “desaparecido” 12 dias antes de ter o seu cadáver encontrado pela polícia<sup>25</sup>. O *Correio Paulistano* recebia anúncios de escravizados fugidos de diversas vilas da Província, mas especialmente da capital, como a fuga, em 02 de maio, de Dionyzio: crioulo, cerca de 40 anos: “prático de todo serviço de olaria e roça” de “modos humildes e insinuantes”. Encontrado, deveria ser entregue na cadeia ou em uma chácara na região do Pacaembu<sup>26</sup>.

Alguns meses depois da morte de Benedita e da fuga de Dionyzio, seria inaugurado, com pompa e circunstância, um chafariz no Largo do Rosário, o evento contou com a presença de autoridades locais e do presidente da Província João Teodoro Xavier, o entusiasta do progresso (*Figura 6*).



**Figura 6**  
Correio Paulistano,  
10/09/1874.

<sup>24</sup> MARTINS, 2003, p. 267.

<sup>25</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, pp. 152 e 167.

<sup>26</sup> *Correio Paulistano*, 10/05/1874.

Andava por aquelas bandas, quem sabe até acompanhando in loco a abertura oficial das torneiras do chafariz, um certo Luiz Gonzaga Pinto da Gama, mais conhecido como Luiz Gama, advogado abolicionista negro, conterrâneo dos fujões Pantaleão e Fernando, poeta, escritor e articulista de diversos jornais, entre eles, o Correio Paulistano. A incrível história desse homem não cabe neste artigo, mas nunca é demais lembrar que chegou como criança escravizada à cidade de São Paulo em 1840. Residiu alguns anos na Rua do Comércio, nº2, bem perto do Largo da Misericórdia, local em que Antônio Egydio Martins registrou, nas escadarias da Igreja da Misericórdia, o comércio noturno das “vendedeiras de doces” que “em altas vozes apregoavam a sua quitanda”, e eram “na sua maioria, escravas de várias famílias, que então viviam desse gênero de negócio”<sup>27</sup> ().

<sup>27</sup> MARTINS, 2003, p. 285.

<sup>28</sup> Trecho de carta autobiográfica endereçada ao amigo Lucio Mendonça em 1870, em: FERREIRA, Lígia Fonseca. *Com a palavra Luiz Gama: poemas, artigos, cartas, máximas*. 2ª reimpressão. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019. Para a incrível história de Luiz Gama ver: AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999; FERREIRA, Lígia Fonseca, ed. *Lições de resistência: artigos de Luiz Gama na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro*. Edições Sesc SP, 2020; LIMA, Bruno Rodrigues de. *Luiz Gama contra o Império: a luta pelo direito no Brasil da escravidão*. Avaré: Editora Contracorrente, 2ª reimpressão, 2024..

<sup>29</sup> FERREIRA, 2019, p. 17.



Gama viveu ali até os seus 18 anos, quando em 1848 descobriu “provas inconcussas” de sua liberdade depois de aprender a ler e escrever, “fugindo da casa do alferes Antônio Pereira Cardoso”<sup>28</sup>. Segundo Lígia Fonseca Ferreira, Luiz Gama foi “um dos raros intelectuais negros brasileiros do século XIX, o único autodidata e o único, também, a ter vivido a experiência da escravidão”<sup>29</sup>. Nas páginas do Correio Paulistano, nas quais podiam-se ver os anúncios de fugas e de compra e venda de escravizados, Gama divulgava suas ideias abolicionistas (Figura 9):

**Figuras 7 e 8**

LUIZ GAMA E A RUA DO COMÉRCIO, ONDE VIVEU ATÉ SUA FUGA.

Militão Augusto de Azevedo, 1880-1887.

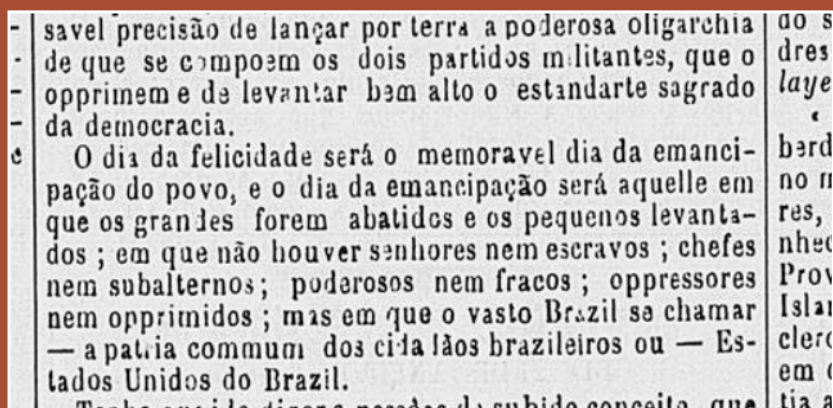


Figura 9

LUIZ GAMA, CORREIO  
PAULISTANO, 29/01/1867.

Luiz Gama esteve sempre na linha de frente das lutas abolicionistas e advogava, em suas palavras: “de graça, por dedicação sincera à causa dos desgraçados”<sup>30</sup>. Ele, que morou muito tempo, como escravizado, em frente ao comércio praticado nas escadarias da Misericórdia, também abraçou a causa das quitadeiras forras quando foram proibidas de circular com suas mercadorias e redigiu a petição levada às autoridades públicas em 1873, denunciando ainda “a concorrência de imigrantes portuguesas e reivindicando o seu direito histórico, adquirido na prática do comércio ambulante nas ruas da cidade”<sup>31</sup>.

Em suas andanças pela cidade, na incansável defesa de mulheres e homens escravizados ou em atividades do seu cotidiano, como ir à sede dos jornais para os quais escrevia e até mesmo para abastecer a sua residência de mantimentos comprados no comércio de rua, certamente, Gama entrou na Igreja do Rosário dos Pretos para rezar ou para cumprimentar o sacristão, seu amigo e “digno mestre” Marcelino Pinto do Rêgo. Bruno Lima destaca a proximidade entre Gama e Marcelino: “um preto velho na cidade que não só conhecia, mas que fazia quase quarenta anos ensinara a arte da sapataria para o pequeno menino que se tornou um dos mais renomados advogados da cidade”. Além do ofício de sapateiro, exercido por décadas, o grande amigo de Gama fora faxineiro da secretaria do tesouro da província<sup>32</sup>. Sacristão do Rosário durante “muito tempo”, o “estimado cidadão” também exerceu os cargos de irmão de mesa e de procurador da irmandade<sup>33</sup>.

<sup>30</sup> Correio Paulistano, 20/11/1869.

<sup>31</sup> DIAS, 1995, p. 169.

<sup>32</sup> LIMA, 2024, p. 85-88.

<sup>33</sup> MARTINS, 2003, p. 324.

No interior da igreja ou em seus arredores, Luiz Gama deve ter cruzado com Rufina Maria do Ó, preta liberta, irmã do Rosário e de outras irmandades como as de São Benedito e de Santa Ifigênia e Santo Elesbão<sup>34</sup>. Quiçá um dedo de prosa entre Gama, Rufina e o velho sapateiro tivesse acontecido no estabelecimento de Maria Punga, onde, entre um café moído na hora, conversas e risos, teriam comemorado a sua licença para advogar<sup>35</sup>; ou quem sabe, teriam visto juntos passar o traslado da Santa Cecília; ou ainda, acompanhado de perto a vistosa inauguração do chafariz no Largo do Rosário... O fato é que, nem Luiz Gama, nem Marcelino, falecidos em 1882 e 1888, respectivamente, veriam o chafariz do Largo do Rosário ser demolido, sob muitos protestos, 19 anos depois da abertura de suas torneiras<sup>36</sup>. Mas nossa amiga Rufina Maria do Ó estaria lá, com certeza.

Assim como estava no consistório da Igreja do Rosário no dia 14 de outubro de 1894, pouco depois do tumulto popular em torno da demolição do chafariz, convocada para uma reunião extraordinária da irmandade do Rosário. Durante a sessão, junto com outras irmãs, seria censurada e suspensa pelo irmão Hilário Moraes Torres, por não cumprir com o disposto no compromisso da Irmandade ao “parágrafo 13 do artigo 7º, Cap. 2º”<sup>37</sup>. Naquele dia aborrecido, Rufina talvez não soubesse, mas desconfiasse, que as picaretas que derrubaram o chafariz, em breve chegariam aos muros da Igreja do Rosário...

<sup>34</sup> QUINTÃO, Antônia Aparecida. *Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência, 1870-1890*. São Paulo: FFLCH-USP, 1991, p. 41. Dissertação.

<sup>35</sup> A licença de Gama para advogar foi expedida no final de 1869 após análise de seu pedido de provisionamento. Segundo Lima (2024, pp. 366-367): “a petição de provisionamento, espécie de pedido de licença para advogar, estava tecnicamente perfeita, assim como apelava para um argumento lógico. (...) Gama convenceu o juiz, obteve a licença e entraria na década de 1870 habilitado para advogar na comarca de São Paulo”. Pouco mais tarde, Gama conseguiria habilitação para advogar em Jundiá e Campinas.

<sup>36</sup> O chafariz do Largo do Rosário foi demolido em 1893. A sua retirada aconteceu no contexto da implantação do sistema de água encanada pela Companhia Cantareira de Águas e Esgotos e foi realizada no intuito de forçar a população a aderir à nova rede. Na ocasião, houve protestos populares e foi utilizada a força policial.

<sup>37</sup> QUINTÃO, 1991, p. 42. Segundo Antônia Quintão, o referido parágrafo menciona a função da mesa administrativa de exercer rigorosa vigilância sobre os empregados da irmandade e suspendê-los em caso de omissão em suas obrigações, todavia, a autora destaca que não foi possível identificar o motivo das sanções impostas às irmãs através da documentação.

## O Rosário dos Pretos: espaço de luta e resistência negra na cidade de São Paulo.



Figura 10

LARGO E IGREJA DO ROSÁRIO, FOTO  
TIRADA DA RUA XV DE NOVEMBRO.

Acervo do DIM-DPHMSP, 1904  
(SANTOS, 2017, p. 120).

Nos tempos em que ainda havia um chafariz às portas de sua Igreja, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo detinha alguns imóveis em seu entorno, além de sua capela (Figura 10):

- na travessa do Rosário a casa nº 9 e a casa nº 7, alugadas por 12\$000 réis.
- na rua de São Bento a casa nº 2, alugada por 18\$000 réis, a casa nº 8, alugada por 16\$000 réis e a casa nº 26, alugada por 37\$000 réis e pertencentes ao capitão Benedito Inocência da Silva, que lá possuía uma fábrica de refinação.
- no Beco Sem Saída, uma casa sem numeração, alugada por 8\$000 réis.<sup>38</sup>

Os imóveis mencionados por Quintão, foram paulatinamente construídos pelos irmãos pretos desde as primeiras décadas século XVIII. Segundo Raul Joviano do Amaral, a existência da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos remonta o dia 02 de janeiro de 1711<sup>39</sup>. Todavia, a devoção à Santa do Rosário é longínqua e aparece na cidade de São Paulo em pedidos de missas pelas almas de pessoas falecidas, desde os seiscentos, pelo menos. A capela primeva foi inaugurada no ano de 1745 em terras devolutas e nada cobijadas, onde “singrava um subúrbio tão distante, que, para ele, se exilavam os contagiados de bexigas, nos anos das grandes e trágicas epidemias”<sup>40</sup>. Nesse local ermo foi se formando um núcleo composto por imóveis construídos em torno da igreja e de seu cemitério: “aqueles prédios térreos, que confinavam com o referido cemitério, eram habitados por casais de pretos africanos, que, depois que conseguiam libertar-se do cativo, estabeleciam-se com quitanda, nos mesmos prédios que residiam”<sup>41</sup>.

<sup>38</sup> QUINTÃO, 1991, p. 69. Segundo a autora, em 1870, a irmandade declarou um saldo positivo de 688\$599,00 réis.

<sup>39</sup> AMARAL, Raul Joviano. *Os pretos de Rosário de São Paulo: subsídios históricos*. 2ª edição. São Paulo: João Scortecci Editora, 1991, p. 29.

<sup>40</sup> SANT'ANNA, apud Amaral, 1991, p. 41.

<sup>41</sup> MARTINS, 2003, p. 325.

As irmandades constituídas por homens e mulheres negros foram espaços fundamentais para a sua sobrevivência no contexto de uma violenta sociedade escravista. O culto aos mortos, tal como o comércio, era parte vital na dinâmica das sociedades africanas e a adesão às devoções cristãs guarda estreita relação com essa importância<sup>42</sup>. Antes do advento dos cemitérios o enterro dos mortos era realizado no interior e adro das igrejas, atividade executada geralmente por escravizados. Durante toda a sua existência, o cemitério dos pretos atemorizou a população da cidade de São Paulo, em especial, por suas cantorias e batuques, constantemente reportados pelos vizinhos às autoridades locais<sup>43</sup>. Segundo Martins, durante os enterramentos:

(..) à proporção que iam pondo terra sobre o cadáver, socavam este com uma grossa mão-de-pilão, cantando o seguinte: Zóio que tanto vê. Zi boca que tanto fala. Zi boca que tanto zi comeu e zi bebeu. Zi cropo que tanto trabaiô. Zi perna que tanto andô. Zi pé que tanto zi pisô. (...) Os moradores das proximidades das mesmas igrejas e cemitérios, por causa das tais cantigas e socamento de cadáveres, ficavam bastante amedrontados com isso, ouvindo, a alta hora da noite, naqueles lugares certo rumor que lhes parecia estarem cantando e socando, tratando, logo que podiam, de mudar dos mesmos lugares para outros pontos da Cidade mais distantes das igrejas e cemitérios<sup>44</sup>.

Dentro ou fora das igrejas o batuque dos pretos incomodava a população e a edibilidade... As festas de orago também eram momentos de grande visibilidade para os pretos que mantinham o Rosário, e proporcionavam momentos de circulação e trocas entre membros de diferentes irmandades, não apenas as constituídas pelos pretos, mas também por pardos e brancos; e os habitantes de todas as classes e categorias sociais. A coroação anual de reis e rainhas, que nos primórdios do Rosário de São Paulo deveriam ser escolhidos entre irmãos africanos de origem angola ou congo<sup>45</sup>, mobilizava os pretos pelas ruas:

<sup>42</sup> RIBEIRO, Fábila Barbosa. *Caminho da Piedade, caminhos de devoção: as irmandades de pretos no Vale do Paraíba paulista – século XIX*. São Paulo: Alameda Editorial, 2017.

<sup>43</sup> Até a primeira metade do século XIX, os enterramentos eram realizados no interior das igrejas. Com o avanço das ideias higienistas, essa prática passou a ser crescentemente contestada por autoridades civis e médicas, que a associavam à insalubridade, à propagação de doenças e riscos à saúde pública. Debates na Câmara Municipal e na imprensa pressionavam a sociedade para a sua extinção. Esse processo culminou, em 1858, com a inauguração do Cemitério da Consolação, que marcou a transição para os enterramentos extramuros e o progressivo fim dos sepultamentos no interior dos templos religiosos na cidade.



**Figura 11**

JOHANN MORITZ RUGENDAS.  
**FESTA DE N. S. DO ROSÁRIO,  
 PADROEIRA DOS NEGROS,**  
 1835.

Por ocasião das solenidades que antigamente se efetuavam na Igreja de N.S. do Rosário, em honra desta santa, realizavam-se também, em frente à mesma igreja, festejos populares, postando-se ali um numeroso bando de pretos africanos, que executavam com capricho a célebre música denominada Tambaque (...) acompanhavam, tocando quantos instrumentos esquisitos havia e cantando, o Rei e a Rainha, com a sua corte, composta por um grande número de titulares e damas, que se apresentavam muito bem vestidos. O Rei e a Rainha, logo que chegavam em casa, ofereciam aos mesmos titulares, que adotavam os títulos que então possuíam os antigos estadistas do tempo do Império, e às damas, um opíparo jantar, durante o qual trocavam-se amistosos brindes entre os convivas, mandando as majestades distribuir bebidas aos tocadores do mesmo Tambaque, que ficavam na rua esperando a saída dos mesmos personagens, os quais, no meio de ensurdecedor barulho, voltavam para a igreja, a fim de tomar parte na solene Procissão de N. S. do Rosário<sup>46</sup>.

<sup>44</sup> MARTINS, 2003, p. 327-328.

<sup>45</sup> QUINTÃO, 1991, p. 35-36.

<sup>46</sup> MARTINS, 2003, p. 324-235.

A detalhada descrição do memorialista nos ajuda a compor um quadro bastante comum em todo Brasil. Homens e mulheres pretos circulando pelas ruas das cidades, em festa por seus santos padroeiros, como podemos observar no registro de Rugendas, em sua passagem pela cidade do Rio de Janeiro (*Figura 11*).

No caso de São Paulo, descreve-se uma celebração repleta de sons e de gentes. Chama a atenção o cortejo que saía da porta da Igreja do Rosário rumo à residência da realeza recém-coroadas, que certamente morava nas imediações, para ali comer, beber e depois retornar para o início da procissão. Novamente, o destaque é para a ocupação dos espaços citadinos por escravizados e libertos, vistos pelas ruas não apenas no labor cotidiano. Mas nem só de festas e rituais fúnebres viviam as irmandades de pretos. Essas associações eram responsáveis por auxiliar os seus membros em momentos de dificuldade, como no caso de doenças, falecimento, prisões e até mesmo na compra de alforrias.

Para isso, arrecadavam esmolas, recebiam doações, cobravam anuidades de seus irmãos, as chamadas “joias”, e taxas pela assunção de cargos administrativos ou da realeza. Como no caso de Lucrecia, serva de Ana Thereza de Jesus, que entrou para o Rosário dos Pretos de São Paulo em 1849, e, em 1853 pagou a quantia de 6.400 réis para se tornar irmã remida; ou do irmão Vicente Fontoura, que pagou a quantia de 40.000 réis para ser rei em 1849<sup>47</sup>. Dessa forma, podemos justificar o razoável caixa da irmandade em 1870, quantia certamente reservada para o socorro aos irmãos, além das festas, cerimônias religiosas e preservação do cemitério e da igreja. Valores que ficavam, em geral, sob a guarda do tesoureiro ou provedor da irmandade<sup>48</sup>.

A movimentação da Irmandade do Rosário em dias de festa, mas também no cotidiano da cidade, era notória. Amaral menciona a organização da Câmara Municipal, nos primeiros anos do século XIX, para “irem à procissão da Bulla e assistirem o sermão na Sé Cathedral”<sup>49</sup>. Neste evento, repetido anualmente, autoridades locais saíam cobertas “com o real estandarte”, para irem à “procissão da Bulla”, que partia do “Rosário dos Pretos.” Durante alguns anos, a igreja

<sup>47</sup> Livro de entradas de irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo – 1840-1902.

<sup>48</sup> Para conhecer mais sobre a estrutura administrativa das irmandades de homens pretos, ver: QUINTÃO (1991); CARVALHO, Mariza de Soares. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; REGINALDO, Lucilene. *Os rosários dos angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista*. São Paulo: Alameda Editorial, 2011; RIBEIRO, 2017.

<sup>49</sup> AMARAL, 1991, p. 49-50.

aparece nomeada como ponto de referência para esse evento. Ainda segundo Amaral, além de se movimentar durante as festividades externas, a irmandade abrigava, em seu consistório, atividades sob os cuidados de lideranças religiosas, como explicações do catecismo do bispo D. Antonio de Melo a alunos e alunas de escolas públicas e particulares<sup>50</sup>.

Não é difícil de entender o incômodo gerado pelo ambular diário de homens e mulheres negros entrando e saindo da Igreja do Rosário, descrita, injustamente, em idos tempos, como uma “igrejinha antiquíssima, feia e desgraciosa”<sup>51</sup>. A paulatina valorização da região do Largo de São Bento, assim como os crescentes debates sobre a emancipação dos escravizados, potencializados pela ação de abolicionistas como Luiz Gama, ampliaram as ações do poder público e agravaram o assédio sobre o território da irmandade. Sobretudo a partir do último quartel do século XIX, os irmãos do Rosário teriam de lidar com as constantes deliberações da Presidência da Província e da Câmara Municipal, que tentavam comprar por baixo valor ou desapropriar, sem indenização, os imóveis contíguos à “desgraciosa” igreja, até chegarem, finalmente, ao seu templo.

Segundo Amaral: “em todo o decurso do século XIX, parece que a preocupação máxima das edilidades era afastar do centro que se ia esboçando os negros e suas propriedades, quase todas elas localizadas em torno da igreja”<sup>52</sup>, como no caso denunciado à Câmara Municipal em 1870, pelo fiscal Flaminio Alves Ramos. Na ocasião, o vigilante fiscal alertava aos vereadores da cidade que “no lugar denominado becco sem saída em direção a Rua Porto Geral” encontrava-se “um pequeno prédio em construção pertencente à preta Quitéria” que poderia “resultar qualquer sinistro”, razão pela qual julgara pertinente trazer o caso à Câmara para deliberação.

Enquanto a preta Quitéria levantava seu prédio, sucessivas desapropriações atingiam os imóveis ao redor da igreja. Em 1871, o vereador Coronel Rodovalho propôs desapropriações para a construção do Largo do Rosário. Um ano depois, a Comissão de Obras Públicas estabeleceu o pagamento de indenização para a imediata desocupação das casas e terrenos,

<sup>50</sup> Idem, p. 51.

<sup>51</sup> MOURA, Paulo Cursino. *São Paulo de Outr'ora: evocações da metrópole, psicologia das ruas*. São Paulo: Melhoramentos, 1932; p. 77.

<sup>52</sup> AMARAL, 1991, p. 70.

entre os quais, o espaço onde a irmandade mantinha o seu cemitério<sup>53</sup>. Criado o Largo, instalado o chafariz, o entorno da igreja tornou-se ponto de referência ainda maior para a população negra da cidade, sobretudo ao redor do chafariz, que, segundo Raimundo Menezes vivia "sempre rodeado de pretos, carregados de baldes e potes"<sup>54</sup>.

As águas que abasteciam as bacias das lavadeiras negras e as casas (com baldes quase sempre carregados por escravizados), eram disputadas entre os usuários e os comerciantes de água, conhecidos como "aguadeiros". Esses homens, na maioria descendentes de portugueses, comercializam água pelas ruas da cidade em pipas presas em animais. A fim de evitar a concorrência e manter o domínio sobre o comércio, alguns aguadeiros sabotavam os chafarizes para impedir o seu uso, gerando conflitos amplamente noticiados nos jornais da época<sup>55</sup>. Segundo Bruno (1944, p. 623): "os aguadeiros não apenas praticavam estragos, mas impediam também que os escravos e outras pessoas se servissem de água enquanto não estivessem cheias as pipas deles", o que gerava frequente "reação de cativos aos abusos dos aguadeiros"<sup>56</sup>.

Certamente, algumas dessas brigas foram presenciadas pela nossa irmã do Rosário, Rufina Maria do Ó, numa de suas idas às reuniões da irmandade. Sem dúvida, o foram por Luiz Gama, que, ironicamente, chamou o Chafariz do Rosário de "simulacro de aquário, feito só para entremezes"<sup>57</sup>. Por ali passaria ainda a preta Quitéria, que, cedo ou tarde, teria o seu pequeno prédio expropriado, em nome do progresso.

Mas não era apenas o poder público quem cobiçava as propriedades dos pretos do Rosário. Comerciantes particulares também almejavam os imóveis. Alguns casos notórios foram mencionados por Amaral, como o de João Alves Meltzer, que, em 1898, propôs alugar a sacristia da igreja por um período de 9 anos<sup>58</sup>. Naquele ano, durante o carnaval, a irmandade havia alugado as janelas do consistório da igreja para que "pessoas e famílias interessadas apreciassem os ditos festejos comodamente instaladas"<sup>59</sup> (Figura 12). O aluguel de varandas e sacadas das casas e comércios, para a passagem dos festejos carnavalescos era

<sup>53</sup> Idem, p. 71-73.

<sup>54</sup> MENEZES apud SANT'ANNA, Denise. Bernuzzi. "Vida e morte dos chafarizes na cidade de São Paulo." Revista do Arquivo Histórico Municipal 203.1, 2004; pp. 81-90; p. 85.

<sup>55</sup> SANT'ANNA, 2004, pp. 87-88.

<sup>56</sup> BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. 3ª ed., São Paulo: Hucitec, 1984, p. 623.

<sup>57</sup> SANT'ANNA, 2004, p. 86.

<sup>58</sup> De acordo com Amaral (1991, p. 88), Meltzer pagaria a quantia de quatro contos de réis no ato da assinatura, mais um conto e meio de réis para obras da nova sacristia e uma mensalidade de trezentos e cinquenta mil réis, durante os nove anos de vigência do contrato.

<sup>59</sup> Idem, p. 88.

prática comum na cidade, e a irmandade, por sua posição privilegiada, não ficaria de fora, tanto mais quando podia aumentar o seu caixa com os valores arrecadados.

Sempre alerta aos acontecimentos da cidade, o Correio Paulistano acompanhou de perto a folia:

**O dia de Hontem.** Não parecia ser de carnaval o dia de hontem. A Paulicéa, pela manhã, tinha o seu aspecto vulgar; o commercio conservára-se aberto e a vida normal da capital em nada se alterára. Ao meio dia, porém, começaram de novo os folguedos; o commercio fechou, as repartições publicas encerraram o expediente, e o povo affluio para o centro da cidade. As serpentinas cruzaram os ares e as camadas de "confetti" cahiam sobre gentis "mademoiselles". Estava travada a lucta. Às 7 horas da noite, na rua Quinze ouviu-se um borborinho e o povo formou em alas. Ouvia-se troar os clarins e dava entrada naquela rua o préstito dos Tenentes do Diabo<sup>60</sup>.



Figura 12

CARNAVAL NA RUA DIREITA, 1905. Foto: Acervo/ Estadão

De outra parte, o poder público municipal, atento ao comportamento dos foliões, publicara no mesmo Correio, poucos dias antes, um edital assinado pelo chefe de polícia, determinando que:

nos próximos festejos, é proibido aos mascarados usarem trajes indecentes ou fazerem alegorias á quaisquer pessoas ou empregados civis, militares ou eclesiásticos, sendo conduzidos á pollicia os que nesses trajes forem encontrados além das penas em que possam incorrer pela legislação em vigor"<sup>61</sup>.

O que se via nas concorridas janelas do consistório da Igreja do Rosário, no alvorecer do novo século, era a tentativa de consolidação de um modelo de carnaval dito "civilizado", dos préstitos à moda veneziana, nos quais as mademoiselles teriam suas belezas serpenteadas por alegres, porém distintos, cavalheiros. Um carnaval elitizado que deveria ocupar as ruas no lugar das danças dos negros e do popular e incômodo entrudo, manifestação popular de origem portuguesa, que consistia em brincadeiras de atirar a esmo água, limões-de-cheiro, lama, tinta e ovos nos passantes, durante as folias de Momo. Sobre as festas carnavalescas que todos os anos se espalhavam pelas ruas do Rio de Janeiro, Cunha destaca que:

O combate aos mascarados das ruas, aos zé-pereiras e cucumbis e a todos esses personagens carnavalescos do período, empreendido pelos inimigos do entrudo, não se dirigia abertamente contra práticas exclusivas de pobres, negros ou corticeiros. Afinal, o jogo de água era praticado nas diferentes camadas sociais — e defendido com galhardia pelas mulheres nas sacadas e confeitarias; o hábito de mascarar-se e sair pelas ruas a exibir "espírito" e pilhéria também era generalizado, apesar de manter sentidos diferentes para sujeitos sociais distintos<sup>62</sup>.

<sup>61</sup> Correio Paulistano, 16/02/1898.

<sup>62</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 84.

Ainda segundo a autora, os intelectuais oitocentistas condenavam a prática do entrudo e sonhavam não apenas em exterminar os limões-de-cheiro e as bisnagas de tinta vendidas no comércio e anunciadas largamente nos jornais, eles queriam:

levar junto para o passado as troças, os mascarados que se compraziam em atormentar os passantes e a vizinhança, os desfiles de negros que cantavam em estranhas línguas africanas – todo um rol de práticas que julgavam indignas de frequentar as ruas, mesmo em dias em que alegria e permissividade pareciam andar juntas<sup>63</sup>.

Em São Paulo não era diferente. As tentativas de barrar as manifestações populares são remotas, a lembrarmos o longínquo edital de 1748, que tratava de proibir batuques e jogos dos negros pela cidade. Ainda que não fossem exclusividade da população negra, havia regras diferentes para a punição aos infratores, como podemos observar no edital publicado no Correio Paulistano em 06 de fevereiro de 1880, que trazia artigos do Código de Posturas Municipal que imputavam prisão aos escravizados e pagamento de multa aos demais entrudeiros (*Figura 13*). A recorrência dos editais proibitivos e da ação policial, amplamente divulgados pela imprensa, mostram a perenidade dessas práticas. As resistências cotidianas levavam alguns membros da imprensa a ironizar tais proibições, como Angelo Agostini, grande parceiro de Luiz Gama<sup>64</sup>, que representou o malfadado e desobedecido edital como uma cartola amassada que o Chefe de Polícia, alvejado por limões-de-cheiro, prometera usar<sup>65</sup> (*Figura 14*).

O carnaval movimentava, há tempos, a insípida vida social na urbe paulistana e sua presença nos ajuda a perceber a ocupação dos espaços e a intensa circulação da população negra pela extensão da antiga Rua do Rosário. O interesse de Meltzer em alugar a sacristia da igreja dos pretos, certamente era motivado pelos lucros que podia auferir sublocando o espaço, entre outras coisas, para as festividades de Momo. O caso resultou em enormes conflitos no interior da

<sup>63</sup> Idem, p. 25.

<sup>64</sup> Para uma história das folias carnavalescas ver: CUNHA, 2001; VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. *Carnaval em branco e negro. Carnaval popular paulistano (1914-1988)*. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial do Estado/Editora da Unicamp, 2007; SILVA, Zélia Lopes da. *Os carnavais de rua e dos clubes na cidade de São Paulo: metamorfoses de uma festa (1923-1938)*. Editora Unesp, 2008.

<sup>65</sup> CUNHA, 2001, p. 72.

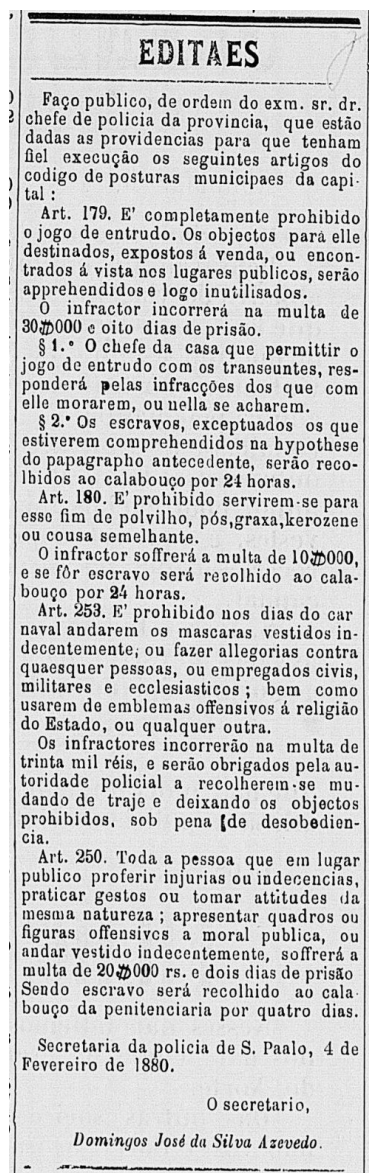


Figura 13

EDITAL PUBLICADO EM 6/2/1880, CORREIO PAULISTANO.

irmandade, que foi interdita pelo poder eclesiástico e suspensão do seu direito de celebrar qualquer ato religioso, por tempo indeterminado<sup>66</sup>. Na sequência dos acontecimentos que levaram à interdição da irmandade do Rosário, temos o arrendamento de uma casa de sua propriedade, situada no número 5 do Largo, pelo conhecido engenheiro Joaquim Eugênio de Lima, um dos idealizadores da Avenida Paulista, após uma longa disputa com o locatário anterior, João Barcellos Clark. Lima, por sua vez, sublocou o valioso imóvel, ilegalmente, em 1900, para a firma Fazano e Fazini, que abriria ali a famosa Brasserie Paulista (Figura 15).



Figura 14

ANGELO AGOSTINI, REVISTA ILLUSTRADA, 1883.



Figura 15

LARGO DO ROSÁRIO, GUILHERME GAENSLY, 1902, COM A BRASSERIE PAULISTA À DIREITA E NO DETALHE.

<sup>66</sup> AMARAL, 1991, pp. 88-89.

Os cobiçados imóveis pertencentes à irmandade foram arduamente disputados pelos homens de comércio, ávidos por se estabelecer em local privilegiado. Raul Joviano do Amaral elenca, em sua obra, uma série de casos escabrosos contra o patrimônio da Irmandade do Rosário. O fato de ser uma associação formada e gerenciada por homens e mulheres negros, certamente contribuiu, em muito, para o afã daqueles que almejavam lucros com a exploração de seus, cada dia mais, valiosos imóveis.

O final do século XIX marcaria um período de “turbilhão” no interior da irmandade<sup>67</sup>. As dissensões entre os irmãos, causadas em boa medida, pelo voraz assédio da especulação imobiliária, foram amplamente noticiadas pela imprensa, e geraram uma desorganização interna que enfraqueceu institucionalmente a irmandade. No momento de virada do século, os pretos do Rosário se veriam às voltas com o derradeiro golpe em sua longa existência no Largo que levava o seu nome: a desapropriação e demolição de sua igreja.

### **O limiar do século XX para os irmãos pretos do Rosário, algumas (in)conclusões e um pequeníssimo epílogo.**

Em 02 de agosto de 1903, em sessão extraordinária, realizada no consistório da Igreja do Rosário, o secretário da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos leu uma carta enviada pelo então prefeito, Conselheiro Antônio Prado, recebida três dias antes:

São Paulo, 30 de julho de 1903. Em seguimento à conversa que temos tido sobre um acordo entre a Camara e a Irmandade para demolição da Igreja do Rosário e cessão à Câmara da área ocupada pela mesma, com exclusão do prédio que está a Brasserie, apresento-lhe a seguinte proposta (...) A Camara dará, além disso, a planta da Igreja a

<sup>67</sup> AMARAL, 1991, p. 98.

construir. Peço-lhe levar ao conhecimento da Irmandade esta proposta, ficando entendido que qualquer acordo a respeito ficará dependente de aprovação da Câmara<sup>68</sup>.

O valor proposto na missiva, suprimido na transcrição feita por Amaral, era de cento e oitenta contos de réis. A irmandade receberia ainda um novo terreno no Largo do Paissandu e a planta da Igreja que deveria ser construída. A irmandade responde imediatamente ao prefeito com alguns questionamentos:

Si a Irmandade é obrigada a construir a sua Igreja de accordo com a planta que lhe é offerecida, ou si lhe é facultado o direito de alterá-la, caso não se agrade da mesma;

Si, na demolição da Igreja, está compreendido dois commodos terreos occupados pela Brasserie Paulista é fato, mas que estão na dependência do pavimento superior, ao fundo do altar mór;

Qual prazo dado à Irmandade para desocupar o templo e em que condições.

Releve-nos V. Excia. fazer este pedido, pois a Mesa Administrativa tem necessidade destes dados afim de facilitar a solução da proposta que tem de ser submetida à consideração da Assembleia.

Na mesma data, a irmandade comunicava ao prefeito que designaria o então secretário, Theophilo Dias de Castro<sup>69</sup>, para entendimentos com a Câmara Municipal sobre o tema, “na ocasião oportuna”, ressaltando que se encontrava em “sessão permanente” para rápida resolução do caso<sup>70</sup>. Reunidos em assembleia, os irmãos resolveram apresentar uma contraproposta de indenização, em valor bastante superior ao ofertado pelo prefeito, 500 contos de réis. No ofício encaminhado, a irmandade impunha outras condições para aceitar a desapropriação da sua igreja, entre as quais:

<sup>68</sup> Idem, p. 109.

<sup>69</sup> O secretário da irmandade foi uma figura expressiva no movimento negro durante o pós-abolição. Funcionário público estadual e fundador do jornal *O Progresso* (1899). Ver PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

<sup>70</sup> AMARAL, 1991, p. 110.

(...) remoção dos objetos sagrados; dos cadáveres que ali se acham inhumados; o aluguel da casa para guardar os objetos até que possa removê-los para a nova Igreja; (...) cessão dos lucros certos dos commodos alugados na importância de doze contos de reis anuais e a construção da nova Igreja; (...) que a indenização de 500:000\$000 lhe seja paga no acto de ser lavrada a respectiva escritura, de accordo com as clausulas prometidas; que lhe sejam entregues quaisquer objetos que porventura encontrarem, por ocasião da demolição da igreja<sup>71</sup>.

Obviamente, o prefeito rechaçou o pedido da Irmandade, menos pelas justas condições de salvaguarda de seus bens e mais pelo valor estimado pelos irmãos pretos, que, no mesmo ofício, justificam o pedido com base na indenização de 350 contos de réis, paga ao Bispado pela demolição da antiga Igreja do Colégio, a qual, segundo eles, “ocupava uma área muito menor que a nossa e se acha em lugar menos central da cidade”.

A reação do prefeito foi proporcional a sua indignação, imediatamente ele baixou a Lei nº 670, de 16 de setembro de 1903, declarando: “de utilidade pública, para o fim de serem desapropriados, os terrenos e prédios necessários ao aumento do Largo do Rosário, pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos”<sup>72</sup>. A irmandade levaria alguns meses em negociações com o prefeito e acabaria aceitando uma indenização no valor de 250 contos de réis. De acordo com Secco (2023), “estranha indenização”, uma vez que poucos meses depois do acordo com o Rosário, Prado pagaria 290 contos de réis por um sobrado contíguo à desapropriada igreja, propriedade de um certo José Raposo e sua mulher, Maria do Carmo Sertório Raposo.

Mais estranha, ou melhor, suspeita, foi a destinação dos “remanescentes do campo santo que era de propriedade da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos”, adquiridos pelo irmão do prefeito, Martinho Prado Jr., que, após a demolição

<sup>71</sup> Idem, p. 113-114.

<sup>72</sup> Idem, p. 116.

da igreja, levantaria ali um prédio de cinco andares batizado com seu nome<sup>73</sup>. Diga-se de passagem, que a família Prado gostava de se auto homenagear. Em 04 de janeiro de 1905, a lei nº 799 estabeleceria que o antigo Largo do Rosário seria rebatizado como Praça Antonio Prado e que, de lambuja, a então Alameda Antonio Prado seria denominada Eduardo Prado. Saía uma praça entrava uma alameda e vice-versa...

As agruras dos irmãos do Rosário estavam apenas começando. A expropriação e demolição da Igreja inaugurada em 1725, coroava, no entender das autoridades públicas, o processo de urbanização do Triângulo Central, que se tornaria durante muitos anos o centro social, político e econômico da capital. Nas palavras de Amaral:

Desaparecera a igreja. Era uma vez o Largo do Rosário... Os pretos não mais enfeiriam o pátio com suas festanças, reis, rainhas, rústicos... A cidade ficava livre de costumes bárbaros. Os pretos foram desterrados para o longínquo Paissandu, no Tanque dos Lunega<sup>74</sup>.

É importante destacar que o deslocamento do Igreja do Rosário com sua irmandade para o Largo Paissandu, área alagada e distante do eixo central, embora desafiante, não significou uma derrota para os irmãos pretos, ao contrário. Devemos considerar o contexto histórico de uma sociedade marcada durante mais de 300 anos por um violento sistema escravista. Aqueles irmãos que, no limiar do século XX, redigiam ofícios com exigências direcionadas ao prefeito da cidade, membro de uma das famílias mais abastadas do país, eram descendentes diretos das pretas livres Antonia Maria das Dores, Anna Maria da Silva, Paula Jordão e Maria da Conceição, as mesmas que oficiaram a Câmara Municipal e asseguraram o direito de mercadejar nas ruas da cidade.

Eram homens e mulheres negros, recém-saídos da escravidão, membros de uma irmandade proprietária de diversos imóveis, com os quais se manteve durante muitos anos, administrando suas rendas para ajudar seus irmãos, cativos ou libertos, fazer suas festas de

<sup>73</sup> SECCO, Lincoln. A destruição da Igreja do Rosário dos Pretos. *A terra é redonda*. 22/09/2023. A praça Antonio Prado se tornaria, segundo Campos, o centro social e empresarial de São Paulo. O prédio do “Palacete Martinico Prado” seria, na ocasião, o mais alto da cidade; cfe. CAMPOS, Cândido Malta. *Os Rumos da Cidade: urbanismo e modernização*. São Paulo: Senac, 2002, p. 83.

<sup>74</sup> AMARAL, 1991, p. 119.

orago e procissões, enterrar com dignidade os seus mortos, viver e participar ativamente do cotidiano da cidade que muito em breve seria grande... Tudo isso em uma sociedade que adentrava a modernidade alicerçada em teorias raciais oriundas da Europa, absorvidas e devidamente apropriadas à realidade brasileira.

Antonio Prado foi prefeito da cidade durante quatro mandatos consecutivos, três escolhidos por vereadores e um através do voto popular. Foram 12 anos de serviços prestados a uma política de desapropriações e demolições. Não se trata de rechaçar as obras que visavam a necessária expansão da cidade, mas de reforçar que foram projetos imbuídos de uma lógica eugenista que propunha de forma aberta a higienização e limpeza da cidade, atrelada à expulsão das camadas populares. Travestida de interesse público, a expropriação atendia, sobretudo, aos anseios da especulação imobiliária.

Seus sucessores manteriam seu legado e continuariam os projetos de remoção da população indesejável da região central. Um deles foi Washington Luís, prefeito de São Paulo entre os anos de 1914 e 1919 e futuro presidente do Brasil (1926-1930). Luís, mantinha olhar atento aos projetos de urbanização da cidade de São Paulo idealizados por seus antecessores. Projetos estes imbuídos de um ideal eugenista flagrantemente pensados para expurgar - num jargão médico-higienista correntemente adotado por ele - a infecta população que orbitava o centro da cidade. As atenções de Luís, se voltaram especialmente para a região conhecida como Várzea do Carmo, atual Parque Dom Pedro II, área localizada às margens do rio Tamandateí, para a qual já havia projetos de urbanização desde fins do século XIX.

Durante o seu governo, iniciou-se o plano elaborado anos antes pelo arquiteto paisagista francês Francisque Cochet<sup>75</sup>. A Várzea do Carmo era um conhecido reduto das trabalhadoras domésticas que, desde idos tempos, se utilizavam das águas do Tamandateí para lavar roupas (*Figura 16*). A necessidade de saneamento da região era fortemente defendida pelo prefeito, pois, segundo ele:

<sup>75</sup> SILVA, Tomás André Rebollo Figueiredo da. *Urbanismo e mobilidade na metrópole paulistana. Estudo de caso: o Parque Dom Pedro II*. São Paulo: FAU-USP, 2012. SILVA, 2012; p. 48-50.



**Figura 16**

LAVADEIRAS ÀS MARGENS DO TAMANDUATEÍ. Postal de **Guilherme Gaensly**.

Acervo do Instituto Moreira Salles, 1900 e 1905.

O que hoje ainda se vê, na adiantada capital do estado, a separar brutalmente do centro comercial da cidade os seus populosos bairros industriais, é uma vasta superfície chagosa, mal cicatrizada em alguns pontos, e, ainda escalavrada, feia e suja, repugnante e perigosa, em quase toda a sua extensão.

(...)

É aí que, protegida pelas depressões do terreno, pelas voltas e banquetes do Tamanduateí, pelas arcadas das pontes, pela vegetação das moitas, pela ausência de iluminação se reúne e dorme e se encachoa, à noite, a vasa da cidade, em uma promiscuidade nojosa, composta de negros vagabundos, de negras edemaciadas pela embriaguez habitual, de uma mestiçagem viciosa, de restos inomináveis e vencidos de todas as nacionalidades, em todas as idades, todos perigosos. É aí que se cometem atentados que a decência manda calar; é para aí que se atraem jovens estouvados e velhos concupiscentes para matar e roubar, como nos dão notícia os canais judiciários, com grave dano à moral e para a segurança individual, não obstante a solicitude e a vigilância de nossa polícia.

<sup>76</sup> Torres, 1969, p. 182-183 apud SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza, 1890-1915*. 4ª ed. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2017, pp. 88-90.

Era aí que, quando a polícia fazia o expurgo da cidade, encontrava a mais farta colheita. [...] Denunciado o mal e indicado o remédio, não há lugar para hesitações porque a isso se opõem a beleza, o asseio, a higiene, a moral, a segurança, enfim, a civilização e o espírito de iniciativa de São Paulo<sup>76</sup>.

A Várzea do Carmo sempre fora local estratégico na cidade de São Paulo, ponto de entrada e saída, caminho para cidades do entorno e para o Vale do Paraíba. Lembremos que era por ali que se postavam as vendeiras negras, para interceptar as frutas e víveres que abasteciam as cidades. Aterrada, a Várzea se transformaria no Parque Dom Pedro II, com um ambicioso projeto paisagístico. Santos analisa em profundidade as relações entre os projetos de urbanização de Washington Luís e os seus ideais higienistas, evidentes no uso costumeiro de jargões médico-sanitaristas para descrever, nos papéis da administração municipal, aquilo que considerava “feio, sujo e perigoso” na cidade, como uma “chaga mal cicatrizada” que deveria ser extirpada pela ação “científica dos projetos modernizadores, da administração e da higiene pública”<sup>77</sup>.

Tais eram os projetos para a cidade de São Paulo, naquele limiar do século XX, realidade enfrentada com muito brio por aqueles irmãos e irmãs pretos desapropriados e por seus sucessores, na longa duração do processo de expansão da urbe. Desde a sua fundação, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo, foi espaço de luta e resistência negra na cidade. Deslocada para o Largo do Paissandu, a irmandade inauguraria o seu novo prédio em 1906, transformaria a paisagem local e tornaria o seu novo largo em ponto de encontro e referência para a população negra. Acompanhando os novos tempos, o consistório da nova igreja seria abrigo para o surgimento de jornais e associações culturais e políticas negras. Ali, os irmãos pretos do Rosário veriam a cidade crescer diante de seus olhos, continuariam lutando pelo reconhecimento de sua cidadania e até tentariam fundar uma escola, sempre preocupados com a ascensão social pela via da educação<sup>78</sup>.

<sup>77</sup> SANTOS, 2017, p. 88.

<sup>78</sup> RIBEIRO, Fábila Barbosa. "Vivências negras na cidade de São Paulo: entre territórios de exclusão e sociabilidade." *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 57, 2016.

As ruas do centro deixaram poucos vestígios daqueles tempos, no entanto, olhando hoje, com vagar, esses mesmos lugares, vemos uma profusão de africanos vindos de todas as partes, ocupando as calçadas com seus produtos, habitando as ocupações populares que ainda resistem, amparadas por movimentos sociais de luta por moradia (Figuras 17 a 21). Eles dividem espaços e esperanças com brasileiros e estrangeiros de variadas naturalidades e nacionalidades e obrigam as autoridades a, novamente, olhar com atenção para eles.



**Figura 17**

**ASPECTO ATUAL DA RUA XV DE NOVEMBRO.**

Foto: Marcelo Simonka.



**Figura 18**

**PRÉDIO XV, ONDE FUNCIONA A BOLSA DE MERCADORIAS E FUTUROS NA PRAÇA XV DE NOVEMBRO, ANTIGO LOCAL DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS.**

Foto: Marcelo Simonka.



**Figura 19**

**LARGO DO PAISSANDU, 2026.**

Foto: Marcelo Simonka.



Figura 20

IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, 2026.

Foto: Marcelo Simonka.

Nesse sentido, à guisa de (in)conclusões, podemos pensar que os planos de expropriação eugenistas, de certa forma, fracassaram? Que essas populações, talvez, jamais tenham saído do centro da cidade? Ou ainda que, justiça histórica, os herdeiros daqueles irmãos pretos expropriados apenas retomam, paulatinamente, um lugar que sempre foi deles... A irmandade ainda está lá. E resiste.

## Um quase epílogo

Entre os anos 40 e 50, uma nova tentativa de desapropriação viria se abater sobre a irmandade, mas isso é assunto para outro artigo...



Figura 21

MARCO NO LOCAL DA ANTIGA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS, 2026.

Foto: Marcelo Simonka.

## FONTES

---

Atas da Câmara Municipal.

Jornal Correio Paulistano – 1880 a 1900.

Livro de Entrada de Irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo – 1840-1902.

195

---

## BIBLIOGRAFIA

---

AMARAL, Raul Joviano. Os pretos de Rosário de São Paulo: subsídios históricos. 2ª edição. São Paulo: João Scortecci Editora, 1991.

AZEVEDO, Elciene. Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

BRUNO, Ernani Silva. História e tradições da cidade de São Paulo. 3ªed., São Paulo: Hucitec, 1984.

CAMPOS, Cândido Malta. Os Rumos da Cidade: urbanismo e modernização. São Paulo: Senac, 2002.

CARVALHO, Mariza de Soares. Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

COSTA, Luiz Augusto Maia; BARDEN, Daniela Nazário. A Cidade de São Paulo do final do século XIX: João Teodoro Xavier de Matos e os primórdios do percurso de delineamento de um pensamento urbanístico moderno em São Paulo (1872–1875). Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v. 7, p. 77-91, 2019.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DEBRET, Jean Baptiste. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Tomo I, vols. I e II. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

DIAS, Maria Odila Leite Silva. Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FERREIRA, Ligia Fonseca. Com a palavra Luiz Gama: poemas, artigos, cartas, máximas. 2ª reimpressão. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019.

\_\_\_\_\_. Lições de resistência: artigos de Luiz Gama na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro. Edições Sesc SP, 2020.

LIMA, Bruno Rodrigues de. Luiz Gama contra o Império: a luta pelo direito no Brasil da escravidão. Avaré: Editora Contracorrente, 2ª reimpressão, 2024.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A cidade de São Paulo: povoamento e população – 1750-1850. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2014.

MARTINS, Antonio Egydio. São Paulo Antigo 1554-1910. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MOURA, Paulo Cursino. São Paulo de Outr'ora: evocações da metrópole, psychologia das ruas. São Paulo: Melhoramentos, 1932.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

QUINTÃO, Antônia Aparecida. *Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência, 1870-1890*. São Paulo: FFLCH-USP, 1991.

REGINALDO, Lucilene. *Os rosários dos angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista*. São Paulo: Alameda Editorial, 2011.

RIBEIRO, Fábila Barbosa. "Vivências negras na cidade de São Paulo: entre territórios de exclusão e sociabilidade." *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História* 57 (2016).

\_\_\_\_\_. *Caminho da Piedade, caminhos de devoção: as irmandades de pretos no Vale do Paraíba paulista – século XIX*. São Paulo: Alameda Editorial, 2017.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. "Vida e morte dos chafarizes na cidade de São Paulo." *Revista do Arquivo Histórico Municipal* 203.1, 2004; pp. 81-90.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza, 1890-1915*. 4ª ed. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2017.

SECCO, Lincoln. *A destruição da Igreja do Rosário dos Pretos. A terra é redonda*. 22/09/2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-destruicao-da-igreja-do-rosario-dos-pretos/>.

SILVA, Tomás André Rebollo Figueiredo da. *Urbanismo e mobilidade na metrópole paulistana. Estudo de caso: o Parque Dom Pedro II*. São Paulo: FAU-USP, 2012.

SILVA, Zélia Lopes da. *Os carnavais de rua e dos clubes na cidade de São Paulo: metamorfoses de uma festa (1923-1938)*. São Paulo: Editora Unesp; Londrina: Eduel, 2008.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Carnaval em branco e negro. Carnaval popular paulistano (1914-1988). São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial do Estado/Editora da Unicamp, 2007.

WALDMAN, Thais Chang. "A São Paulo dos Prados." Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP 13 (2013).

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888). São Paulo: Hucitec/História Social, USP, 1998.